

Moção

Sobre a Jornada Mundial da Juventude

A Jornada Mundial da Juventude (JM), organizada em Portugal pela Igreja Católica, entre os dias 1 e 6 de Agosto ultrapassou em muito a dimensão religiosa, e que, com o acolhimento dos milhares de participantes, representou simultaneamente uma oportunidade para um amplo intercâmbio cultural e para dar a conhecer o nosso País e o seu Povo a muitos milhares de jovens de todos os continentes.

Portugal é um Estado laico, com separação da Igreja do Estado, tendo garantida a liberdade religiosa como preceito constitucional. Este princípio afirma-se e realiza-se particularmente pela não ingerência de poderes religiosos sobre as esferas de decisão política, pela não assunção e difusão da doutrina religiosa a partir dos poderes ou instrumentos públicos. O que deve sempre perdurar é o respeito pela separação entre o Estado e Religiões, o respeito pela liberdade de culto e a garantia de liberdade política de cada um, conforme os princípios estabelecidos na Constituição da República Portuguesa.

A Jornada fica sobretudo marcada pela introdução de temas que o Papa fez questão de sublinhar quer quanto a posicionamentos e olhares sobre processos políticos, sociais, económicos e ambientais, quer quanto a palavras de estímulo à iniciativa dos jovens na superação de obstáculos e dificuldades ou no enfrentamento de medos neles inculcados para tolher a sua intervenção.

A afirmação da paz e dos caminhos para a solução dos conflitos e guerras, o contraste entre a aposta armamentista em prejuízo da resposta e combate às desigualdades, o avolumar das injustiças e o seu alimento em formas de exploração e precarização da vida, designadamente dos jovens, a questão das migrações, a proteção do ambiente e a sua relação com o social, constituem, sem prejuízo de pontos de vista e ângulos de abordagem distintos, afirmações com inegável significado e atualidade. Palavras e posicionamentos que devem ser vistos à luz do tempo em que foram expressos, que podem ou não ter prolongamento ou seguimento na ação da Igreja ou mesmo conhecer percursos de colisão com a prática dos que, fingindo enaltecer as palavras do Papa, as ignorem na hora de agir.

A preparação da JM, os seus impactos e exigências, trouxeram à evidência muitas das insuficiências e problemas do nosso País, nomeadamente no plano das infraestruturas e de acesso a serviços, criando dificuldades e incómodos àqueles que aqui vivem e trabalham, com especial incidência na Área Metropolitana de Lisboa, em particular no que diz respeito à mobilidade e aos transportes.

Não obstante as tentativas e mesmo atos de instrumentalização e aproveitamento político da JM, dos que procuraram cavalgar a realização da Jornada para questionar direitos, criminalizar a luta dos trabalhadores e legitimar a limitação de liberdades e garantias, a saudação primeira tem de ser dirigida a todos quantos trabalharam para a sua realização. A resposta dada às exigências que o evento acarretou só foi possível com o esforço e empenhamento de muitos trabalhadores, de que destacamos os trabalhadores dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa e das empresas municipais.

Passada a realização da JMJ, este é o tempo de se avaliar o equilíbrio no grau de investimento de todos os intervenientes - da Igreja Católica que a organizou, do Estado e das Autarquias –, de reclamar que os meios que se provou existirem, sejam agora colocados à disposição da população, para regular usufruto como espaços públicos, assegurando a não adulteração das funções originárias e impedindo a especulação.

Nos próximos meses será necessário avaliar a forma como foram utilizados e geridos dinheiros públicos e os proveitos que, em resultado da utilização desses recursos, perdurarão no futuro em benefício da população e da cidade. Desde logo, o investimento público feito no Parque Urbano Tejo-Trancão exige que a CML defina objetivos para o mesmo e também o respetivo plano de gestão, exigindo-se que se maximize o seu usufruto por parte da população.

É necessário que a CML invista de forma regular, tal como agora se comprovou ser possível, na renovação e aumento de trabalhadores, frotas, equipamentos e outros meios de trabalho em áreas como o RSB, o saneamento, a higiene urbana ou a proteção civil. É necessário ainda apurar que contratações externas foram feitas de equipamentos que são necessários à cidade e cujo investimento poderia ser feito através de aquisições que permanecessem no futuro, para usufruto na cidade.

Assim, o eleito da CDU propõe que a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas reunida no dia 19 de Setembro de 2023, assinala a realização da Jornada Mundial da Juventude, que ultrapassou em muito a dimensão religiosa, e que, com o acolhimento dos milhares de participantes, representou simultaneamente uma oportunidade para um amplo intercâmbio cultural e para dar a conhecer o nosso País e o seu Povo a muitos milhares de jovens de todos os continentes.